

A RELAÇÃO CUIDAR E EDUCAR PRESENTE NA PROPOSTA PEDAGÓGICA/CURRÍCULO DA CRECHE. Izabel Carvalho da Silva Vieira. Gilza Maria Zauhy Garms. UNESP/Presidente Prudente. belinhafrench@hotmail.com, gmzauhy@hotmail.com

Eixo Temático: Educação Infantil e Ensino Fundamental

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT – UNESP). Ao inserir a Educação Infantil na educação básica, conforme promulgado na Constituição Federal de 1988, apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996), o direito social à educação das crianças pequenas foi conquistado. Nesse sentido, este trabalho visa compreender se a Proposta Pedagógica/Currículo desenvolvido pelos profissionais que atuam em creche contempla o proposto nas DCNEIs (2009): a interdependência entre o cuidar e o educar. A pesquisa é qualitativa e se enquadra nos princípios da Metodologia (Auto) biográfica cuja coleta de dados será por meio dos diários de sala, instrumento este narrativo-descritivo, a observação do cotidiano da instituição acompanhada de registros sobre a prática docente e entrevista com os profissionais para diagnosticar o perfil e a formação profissional. Ao final apresentaremos informações importantes sobre o cotidiano da instituição de Educação Infantil, de maneira que o conhecimento analisado possa ajudar a (re) significar as propostas curriculares em creches com o propósito de contribuir para a construção de uma Proposta Pedagógica/Currículo que oriente o trabalho docente com crianças de 0-3 anos.

Palavras-Chave: Proposta Pedagógica. Creche. Cuidar e Educar.

1. Introdução

Esta pesquisa é continuidade de uma investigação de Iniciação Científica financiada pelo CNPq, desenvolvida no período de 2012-2014, em uma instituição de Educação Infantil localizada em um município do interior do Estado de São Paulo.

Intitulada “Legislação, Políticas Nacionais para a Infância no Brasil e o Currículo (0-3 Anos): por onde começar?”, a pesquisa teve como objetivo identificar as concepções teóricas e práticas de professoras que fundamentam a proposta pedagógica, no cotidiano de uma instituição de Educação Infantil.

Tal investigação surgiu a partir da realização do Estágio Supervisionado de Educação Infantil (0-3 anos) no Curso de Licenciatura em Pedagogia, no ano de 2012, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente. Apesar de as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (BRASIL, 2009) terem firmado as funções

cuidar e educar, não vimos, na instituição em que o estágio foi efetivado, atividades educativas intencionalmente planejadas para e com as crianças pequenas.

O tempo em que as crianças permaneciam na creche era dividido entre alimentação, higiene e descanso. Esse fato nos intrigou muito, a ponto de querer investigar políticas e documentos que explicitassem a ação educativa na creche. Refletindo sobre a prática das professoras, a seguinte questão surgiu: o profissional que atua junto às crianças pequenas pode aproveitar melhor o tempo, a fim de fazer com que se apropriem do conhecimento produzido culturalmente, sendo realizadas, portanto, atividades com intencionalidade educativa para o cuidar e o educar dessas crianças?

O Grupo FOPREI do qual faço parte tem como um de seus objetivos essenciais “[...] contribuir para o avanço do conhecimento em relação à criança, assim como para a adequação de práticas educativas para criança de 0 a 5 anos [...]”.

Movidas pela certeza da importância do papel do outro como colaborador do processo de construção do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, demos continuidade à pesquisa de Iniciação Científica, agora com a finalidade de compreender qual proposta pedagógica/currículo as professoras desenvolvem junto às crianças e se a mesma considera o que está explícito nas DCNEI (BRASIL, 2009): a inter-relação entre o cuidar e o educar.

Ao longo do trabalho apresentamos a legislação que firmou as instituições de Educação Infantil como pertencentes à educação básica e a posição teórica defendida por diferentes autores com relação ao sujeito criança, ao ambiente da Educação Infantil e à Proposta Pedagógica/Currículo.

Seguimos explicitando a metodologia das narrativas adotada no trabalho. Depois, apresentamos como resultados parciais o levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos sobre a Proposta Pedagógica/Currículo na Educação Infantil. Encerramos a discussão, reiterando que embora não seja obrigatório as crianças de 0 a 3 anos frequentarem as instituições de Educação Infantil, o fato de a creche começar a integrar a Educação Básica, tendo seu viés educacional, é imprescindível um documento que norteie as práticas ali presentes, definidos por lei, para que se cumpra a função de cuidar e educar integralmente as crianças nesses espaços.

2. Apontamentos teóricos

Recentemente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as crianças pequenas conquistaram o direito social à educação. Na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) reafirmou esse direito, o que vai provocar o repensar das ações do cuidar com foco educativo no atendimento às crianças até 5 anos.

Corroborando o exposto na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) insere a criança de zero a cinco¹ anos no contexto da Educação Básica, como primeira etapa desse nível de ensino a ser garantida pelo Estado. A LDB, em seu art. 29, estabelece que a Educação Infantil na primeira etapa da Educação Básica tem a finalidade de “[...] promover o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físicos, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família”.

A despeito desses avanços, questões históricas referentes ao cuidado e proteção da criança pequena, principalmente aquela oriunda de classe pobre, fizeram com que, hoje, o atendimento em creches se firmasse com esse viés assistencial, compreendido de modo equivocado como práticas tradicionais vistas através da ausência de sistematização e planejamento da rotina, ou seja, em geral, a preocupação está na higiene, na alimentação e no sono (WEIGGERS, 2012).

Kulmann Júnior e Hernandez (2012, p. 33), discordando do caráter assistencialista conferido ao espaço creche, afirmam que “[...] se apresentou como uma instituição educacional que permitiria à mãe ter onde deixar seu filho enquanto trabalhasse, sem precisar abandoná-lo na casa dos expostos ou enviá-lo para os cuidados de uma ama de leite [...]”.

Os autores retomam a conceito de “assistência” para esclarecer que a palavra, vista “[...] como termo vulgar que remete a práticas clientelistas e personalistas”, não pode ser incluída na Educação infantil, pois a “[...] significa *estar junto a* ou *estar em grupo*. É uma ação que converge com a educação, na medida em que educar, muito além de promover a aquisição de conhecimentos sistematizados, é promover a socialização, é estimular os vínculos sociais [...]”. (KULMANN JUNIOR; HERNANDES, 2012, p. 33, grifo dos autores).

¹ A etapa da Educação Infantil foi alterada para a faixa de 0 a 5 anos pela Lei nº 12.796, de 2013.

Deste modo as creches e pré-escolas são definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil como

[...] estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2009, p.4).

Ainda assim, aquela atitude compensadora continua sendo confiada ao espaço creche, de maneira que outros desafios se apresentam: profissionais sem qualificação apropriada, ausência de propostas pedagógicas que resultam num grau de improvisação e falta de compromisso com o direito e necessidades das crianças e de suas famílias.

O problema da não qualificação dos professores ainda é recorrente, em instituições de Educação Infantil, e a expansão quantitativa de vagas não veio acompanhada de uma proposta pedagógica específica para as crianças pequenas, sobretudo as de 0 a 3 anos, as quais muitas vezes acabam sendo esquecidas das políticas para a infância; como afirma Barbosa (2010, p. 1), “[...] até hoje as legislações, os documentos, as propostas pedagógicas e a bibliografia nacional privilegiam a educação das crianças maiores”.

Há, portanto, uma separação da intencionalidade educativa que “[...] ora está explicada por meio de práticas de maternagem – o cuidar – especialmente em relação às crianças de até 3 anos, ora pelas práticas escolarizantes – o educar – direcionadas a idade de 3 até os 6 anos” (GUIMARÃES; GARMS, 2011, p.8).

Nesse sentido, Guimarães e Garms (2011, p.15) apontam que a proposta curricular da creche/pré-escola, no bojo de sua proposta pedagógica, “[...] comparece na contemporaneidade como eixo articulador da identidade deste nível da educação básica e da formação inicial específica de futuros professores das crianças, bem como da formação continuada”.

Pesquisas recentes mostram que, a partir da mudança de concepção de criança, de seu processo de aprendizado e desenvolvimento, há um reconhecimento da necessidade de se fundamentar um currículo para a Educação Infantil. Isso se deve ao fato de a criança “[...] ser um sujeito de direitos a serem garantidos, incluindo o direito desde o nascimento a uma educação de qualidade no lar e em instituições escolares” (OLIVEIRA, 2010, p.3).

Autores, como Craidy (2005), Guimarães e Garms (2012), Kuhlmann Júnior e Hernandez (2012) e Fullgraf (2012), apontam que o fato de a Educação Infantil ter sido inserida no sistema educacional, recentemente, não fez com que a mesma se transformasse em instituições educativas. Para eles, é preciso esclarecer que sempre foram instituições educativas, uma vez que não é possível educar sem cuidar, e vice-versa. Concordam igualmente que a novidade será construir propostas pedagógicas/currículos para todos, fundadas na Pedagogia da Infância, elementos estes que melhorariam a qualidade da Educação Infantil.

No Brasil, as principais ideias sobre o currículo na educação infantil foram se alargando no momento em que o MEC (1996) publicou a opinião de profissionais da área respondendo à questão: O que é proposta pedagógica e currículo na Educação Infantil? Kishimoto (1994), Oliveira (1994), Machado (1994), Mello (1994) e Kramer (1994) não chegaram a um consenso sobre os conceitos, pois defini-los não é uma tarefa fácil, mas todas defendem que no currículo é preciso estarem explícitos valores e concepções de infância, homem, educação, educação infantil, conhecimento, cultura, desenvolvimento infantil, função da instituição em relação à criança, à família e à comunidade. Defendem ainda que aspectos institucionais/organizacionais e a natureza dinâmica e aberta devem ser considerados no currículo.

As DCNEI (BRASIL, 2009) enfatizam que a defesa de um currículo para a infância tem sido um campo de polêmicas, sobretudo no Brasil, em que nem sempre foi aceita a ideia de currículo para a Educação infantil, uma vez que, em geral, esse termo quase sempre aparece associado à escolarização tal como vivida no Ensino Fundamental.

Todavia, o documento defende o currículo como

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças e afetam a construção das identidades das crianças (BRASIL, 2009, p.6).

Oliveira (2010), Garms e Guimarães (2011), Amorim e Dias (2012) e Wiggers (2012) corroboram a discussão acima, assinalando ser um aspecto o qual gera muitas discussões, no momento em que é concebido na Educação Infantil como uma preparação aos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentando-se como um conjunto de disciplinas e conteúdos. O

estranhamento é ainda maior, quando a referência ao currículo se faz para crianças de zero a três anos de idade.

Mas Oliveira (2010) entende esse conceito como formas de organização do cotidiano das unidades de educação infantil, cujo fim está na promoção do desenvolvimento das crianças e foge da ideia de conteúdos de disciplinas fragmentadas.

Guimarães e Garms (2011, p. 16) apontam que é um documento “onde estão registrados um programa de atividades específicas, cujas intencionalidades estejam delineadas com clareza e com base em ações e interações entre crianças e seus pares e crianças e adultos”.

Amorim e Dias (2012, p.126) assumem uma concepção aberta de currículo, “compreendido como um todo significativo, uma produção social e um artefato cultural que organiza os conhecimentos, os conteúdos e as experiências [...]”.

Para Lins e Diniz (2012, p.10), o currículo é considerado “espaço de construção de subjetividades e locus de materialização/apreensão de concepções de infância e educação”. Retomando as DCNEI (BRASIL, 2009), nas quais currículo é concebido como “[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças [...]”, as autoras defendem um currículo “desenhado para aproximar o sujeito aprendiz dos objetos significativos do conhecimento e de sua necessidade e desejo em aprender, conviver e brincar na escola [...]” (LINS; DINIZ, 2012, p. 38).

Wiggers (2012), partindo da etimologia da palavra *currículo*, afirma que este é derivado do termo latino *currus*, que significa carruagem, um lugar no qual se corre. Referindo-se à educação, seria a busca de um caminho, uma direção que orientaria o processo para atingir certa finalidade. Assim, para autora, currículo “é concebido como artefato culturalmente determinado por um campo social, para ser desenvolvido em uma realidade específica, ou seja, nas instituições de educação coletiva” (WIGGERS, 2012, p.83).

Desse modo, corroboramos o que ressaltam Guimarães e Garms (2011), no sentido de que há, portanto, um grande desafio – oferecer o acesso à educação desde os primeiros meses de vida a todas as crianças e superar o desafio da qualidade do atendimento infantil. E, no que concerne à qualidade do atendimento, esta está vinculada à elaboração da proposta pedagógica/currículo.

3. Metodologia

A investigação é de cunho qualitativo, pois, de acordo com o que salientam Bogdan e Biklen (1994, p.13), “envolve a obtenção de dados descritivos, alcançados no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Nesse sentido nos apropriamos do conceito de André (2001) ao apresentar a pesquisa qualitativa como aspecto de relevância científica e social, o que significa estar inserida num quadro teórico em que se evidencie sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas pertinentes na prática social.

Esta pesquisa está sendo realizada num município localizado no interior do Estado de São Paulo numa instituição de Educação Infantil com duas professoras as quais atuam com crianças de 0 a 2 anos (creche). No momento, estamos em fase de observação e registro das ações das professoras. Realizaremos entrevistas semiestruturadas com as mesmas, para conhecimento do perfil socioeconômico e da formação profissional. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita.

Considerando os objetivos propostos, estamos fazendo a observação direta acompanhada de registros, pois nos parece um instrumento de coleta de dados adequado já que, segundo Lüdke e André (1986, p. 26) “[...] o observador chega mais perto da ‘perspectiva dos sujeitos’, um importante alvo nas abordagens qualitativas”.

A metodologia usada será a das Narrativas, instrumento de formação e investigação do contexto educacional que, no Brasil, começou a ser adotado no início dos anos de 1990, por meio do uso do método (Auto)biográfico e das Narrativas de Formação (ZABALZA, 2004; PASSEGI, 2012).

Delory-Momberger (2012, p. 74) esclarece que a atividade biográfica não se limita ao discurso único, às únicas formas orais ou escritas de um verbo realizado, mas se origina em primeiro lugar de uma ação mental e comportamental, de uma espécie de compreensão de estruturação da experiência e da ação. Logo, o espaço biográfico “em sua dimensão e orientação temporal: não se limita mais apenas ao ponto de vista retrospectivo da rememoração ou da reconstrução do passado, ele é também o modelo de inteligibilidade da experiência presente [...]”.

Cunha (2012, p.105) concorda com a posição acima afirmando que é preciso levar em

consideração que a pesquisa qualitativa na perspectiva biográfica os sujeitos colaboradores vêm em primeiro plano na “busca da compreensão da relação entre o contexto social e prática cotidiana [...]”.

Com relação à pesquisa autobiográfica, Passeggi (2012) assegura que a metodologia das narrativas se apresenta para análise dos dados sob a forma de diferentes textos linguísticos, tais como diários, cadernos, memórias, memoriais, entrevistas, questionários etc.

Desse modo, escolhemos como instrumento de pesquisa os diários dos professores, por possuir uma riqueza informativa do planejamento com as crianças. Zabalza (2004, p.14) destaca que “os ‘diários’ fazem parte de enfoques ou linhas de pesquisa baseados em ‘documentos pessoais’, ou ‘narrações autobiográficas’”.

A apreciação dos diários dos professores se fará mediante a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011, p.44), entendida como um “conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Categorias de análise serão extraídas dos diários de sala.

4.Resultados

Configurando uma investigação em andamento, a qual se encontra na fase da pesquisa de campo, apresentamos a seguir um levantamento bibliográfico para conhecimento das produções acadêmicas sobre a temática da Proposta Pedagógica/Currículo na Educação Infantil.

Elencamos como critério para o levantamento bibliográfico as produções a partir da Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Estiveram em destaque os seguintes descritores: “currículo”, “educação infantil (creche)”.

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica permitiu-nos elencar 14 trabalhos no *site* da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio do *link* <www.capes.gov.br>, distribuídos entre teses e dissertações, porém, foram reduzidos a duas teses, por se referirem ao espaço creche, como se mostra abaixo.

Amorim (2011), em sua tese, revela o descompasso entre documentos legais, o que defende a proposta curricular, o planejamento das professoras e o currículo em ação, no qual prevalecem ações espontâneas e improvisadas provenientes de professores sem formação mínima exigida para atuar em creches. Para ela, esses impasses reforçam a negação do direito

da criança pequena a uma Educação Infantil de qualidade e a necessidade de elaboração, em creches, de suas propostas pedagógicas/curriculares.

Em sua tese de doutorado, Trois (2012), ao investigar como ocorreu a participação das crianças na escola, quais as marcas que registraram e produziram no currículo, notou que o currículo foi concebido a partir das intenções confirmadas nas ações e nas interações. Para ela, o currículo das infâncias se constitui no diálogo intenso entre adultos, crianças, objetos e o mundo demarcado por experiências.

Os artigos científicos encontrados no Scielo (Scientific Electronic Library Online), através do *link* <<http://www.scielo.br/>>, contabilizaram 12 trabalhos. Desse total, reduzimos ao âmbito da creche, resultando nos quatro trabalhos que seguem.

Sobral e Lopes (2011) elencaram, em seu artigo, saberes necessários para a construção de um currículo na Educação Infantil junto a professores e observaram que aqueles foram importantes na formação de novos olhares, concepções e no comprometimento de uma mudança de postura. No entanto, apesar de inúmeros saberes irem se destacando como imprescindíveis, havia uma necessidade também de formação permanente dos professores, a fim de possibilitar a construção e desconstrução de propostas curriculares.

O artigo publicado por Carvalho e Bissoli (2012) revela também que há uma dicotomia entre o que preconiza a proposta pedagógica e o que é vivido, no cotidiano da creche. Essa realidade se deve ao fato de os professores não participarem da elaboração do documento, resultando num planejamento fragmentado, não coletivo e dissociado da prática. As autoras ressaltam a importância da formação continuada para esses professores.

Brito (2014) defende, em seu artigo, que o aprendizado começa desde cedo com os bebês. Nesse sentido, afirma a necessidade de um pensar reflexivo sobre o currículo norteador da prática docente, de modo que este seja possível no trabalho específico e próprio para a faixa etária.

Arruda, Lima e Akuri (2014) concluem que, a partir do ordenamento legal na promulgação das DCNEI (BRASIL, 2009), é preciso pensar na formação inicial e continuada dos professores, a fim de discutir a especificidade de seu trabalho, para que os qualifique na direção do trabalho pedagógico que é igualmente peculiar para as crianças pequenas. Isso implica revisões necessárias acerca dos elementos componentes de um currículo na educação Infantil.

Dos trabalhos apresentados, vimos que há muito o que avançar, com relação ao desenvolvimento do currículo na creche, assim como em questões que contribuem para a preparação desse instrumento, a saber, a formação inicial e continuada de professores.

Outro impasse mais essencial a se superar é que, apesar da determinação da LDB de que a Educação Infantil tem a finalidade de desenvolver integralmente a criança, nota-se que a creche, mesmo com essa intenção e fazendo parte dessa primeira etapa educacional, ainda recebe uma menor atenção no que se refere às questões do ensino, quando há obrigatoriedade e gratuidade do atendimento a partir dos quatro anos de idade.

Entretanto, reiteramos a observação de Silva (2014, p. 10) de que, logo após a Educação Infantil ter sido inserida no sistema de ensino pela LDB 9394/96, “mudanças significativas ocorreram no atendimento às crianças e no trabalho dos professores, incluindo procedimentos como a elaboração do projeto político pedagógico e definição de currículo” e isso, impreterivelmente, abrange a creche.

Conclusão

Visto que a figura do professor é imprescindível nas instituições de Educação Infantil, apresentaremos, por meio do seu diário, instrumento este narrativo de investigação educacional, quais as atividades selecionadas, os temas escolhidos, quais recursos intelectuais e materiais utiliza; o tempo destinado, o espaço, como realiza o planejamento e o acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Por fim, vários aspectos da formação e da atuação docente serão averiguados. Ao descrever a prática pedagógica, os profissionais darão pistas para interpretação das suas concepções teóricas e do seu papel diante da formação das crianças. Dentre os resultados, destaca-se a elaboração de sugestões que possibilitem a (re)significação das propostas curriculares em curso, em creches, com o propósito de contribuir para a construção de um currículo o qual oriente o cotidiano do trabalho docente com crianças de 0-3 anos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. N. **Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de zero a três anos?** 2011. 333f. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

_____; DIAS, A. A. Currículo e Educação infantil: uma análise dos documentos curriculares nacionais. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.4, n.2, p. 125-137, set/ 2011 a mar/2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.113, p. 51-64, jul. 2001.

ARRUDA, J.; LIMA, E. A.; AKURI, J. G. M. Currículo na Educação Infantil e Formação de Professores para infância: reflexões iniciais. In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, II/CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, XII. **Anais...** Águas de Lindoia, SP: UNESP, 2014, p. 2116-2126.

BARBOSA, Maria C. S. **As especificidades da ação pedagógica com bebês**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. Reto; A. Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p. L'Analyse de Contenu.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da Educação. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil**: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996a.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Resolução CEB n.º 5 de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRITO, K. R. S. Um estudo reflexivo sobre o Currículo na Educação Infantil. **Rev. Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 68-79, jan-jun.2014.

CARVALHO, R. N. S.; BISSOLI, M. F. Planejamento Curricular na creche: das dicotomias entre o dito e o feito a um caminho para a formação continuada. In: ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, XVI. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

CRAIDY, C. M. A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.) **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DELORY-MOMBERGER, C. A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. Tradução de A. Pozzer. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; PASSEGGI, M.C. **Dimensões Epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 71- 91.

FULLGRAF, J. B. G. Política de Educação Infantil no Brasil. In: FLÔR, D. C.; DURLI, Z. (Org.), **Educação infantil e formação de professores**. Florianópolis, SC: UFSC, 2012. p. 59-77.

GUIMARÃES, C. M.; GARMS, G.M.Z. A Legislação, As Políticas Nacionais de Atendimento na Instituição de Educação Infantil no Brasil e o Desafio de Cuidar e Educar a Criança de 0 A 5/6 Anos. **Cadernos de Educação da Infância da Associação de Profissionais de Educação da Infância**. Portugal, p. 1-26, dez/2011.

_____. Implicações da Política Nacional de Educação Infantil para o currículo da creche/pré-escola. In: JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. H. (Org.). **Política Educacional Brasileira: análise e entraves**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2012. p. 9-14.

KISHIMOTO. T. M. Currículo de educação infantil: creches e pré-escolas. Significado do termo currículo. **Currículo de educação infantil: critérios de qualidade e instrumentos de implementação**. Texto encomendado pela Coordenação-Geral de Educação Infantil do MEC. Dezembro. 1994 (mimeo).

KUHLMANN JÚNIOR, M.; HERNANDES, F. S. Infância: construção social e histórica. In: VAZ, A. F.; MOMM, C. M. **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis, SC: Nova Harmonia, 2012. p. 21-39.

KRAMER, S. **Propostas pedagógicas de educação infantil: subsídios para uma leitura crítica**. Texto encomendado pela Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC, em novembro de 1994 (mimeo).

LINS, H. A. M.; DINIZ, N. L. B. **Repensar o currículo na educação infantil: implicações sobre o brincar e a língua(gem)**. Campinas, SP: Silvamartin Leitura Crítica, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M.L de A. **Proposta de critérios de análise e avaliação de projetos educacionais-pedagógicos para a educação infantil no Brasil**. Versão preliminar. São Paulo, dezembro, 1994 (mimeo).

MELLO. A.M. **Reflexões sobre proposta pedagógica e currículo**. Texto encomendado pela Coordenação Geral de Educação Infantil. Dezembro, 1994 (mimeo).

OLIVEIRA, Z.M.R. **Uma contribuição ao debate promovido pela Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação e do Desporto acerca da *Análise e Avaliação de Propostas Pedagógicas Implementadas nas Creches e Pré-escolas Públicas Brasileiras*, visando oferecer uma cooperação técnica aos estados e municípios.** Dezembro, 1994 (mimeo).

_____. **O Currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** São Paulo: Cortez, 2010.

PASSEGGI, L. As Representações discursivas na pesquisa autobiográfica: uma metodologia de análise semântica. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; PASSEGGI, M.C. **Dimensões Epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica:** Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 231- 251.

SILVA, R. A. G. Cuidar-Educar as crianças pequenas e a profissionalidade dos Professores de Educação Infantil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL, 2/JORNADA DO NÚCLEO DE ENSINO, 13. Marília. SP: UNESP, 2014, p.1-15.

SOBRAL, E. L. S.; LOPES, D. M. C. Educação Infantil, Currículo e Saberes docentes: percursos de uma pesquisa-ação. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.3, n.2, pp. 626-641, set/2010 a mar/2011.

TROIS, L. P. **O privilégio de estar com as crianças:** o currículo das infâncias. 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2012.

WIGGERS, V. Currículo na educação infantil. In: FLÔR, D. C.; DURLI, Z. (Org.), **Educação infantil e formação de professores.** Florianópolis, SC: UFSC, 2012. p. 79-95.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Tradução de E. Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004, 160p. Los diários de classe: un instrumento de investigación y desarrollo profesional.